











REDE PAULO DE TARSO

cuidados continuados integrados

PAULO DE TARSO

clínica de transição

REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37

SUNTOR

clínica de transição

iPECi

Instituto de Promoção à Saúde e Cuidados Integrados

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da Rede Paulo de Tarso apresenta-lhes a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos e orientações emanados dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

**INTRODUÇÃO**

A Rede Paulo de Tarso é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantenedora das seguintes unidades: **Clinica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha**, localizada em Belo Horizonte, conta com 125 leitos, sendo 88 destinados ao Sistema Único de Saúde e 37 leitos para atendimentos aos convênios privados da saúde suplementar e particulares. **Clinica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia**, inaugurada em 15 de julho de 2024, localizada na região da zona Sul de Belo Horizonte, conta com 57 leitos de **apartamento premium**, direcionados a clientes particulares e provenientes de convênios privados da saúde suplementar. Essa unidade conta com a expertise no trabalho adequado ao longo das últimas décadas e com o valor agregado da marca Rede Paulo de Tarso. A expansão foi estruturada de modo a aproveitar a estrutura administrativa já existente na matriz, promovendo a otimização de processos e custos, com ganho de escala, além do alinhamento estratégico e operacional. As unidades **Clinica de Transição Paulo de Tarso** e **Suntor** atuam na área da saúde em três linhas de cuidados assistenciais — **reabilitação físico-funcional, cuidados continuados e cuidados paliativos** — posicionando-se como um **elo complementar** aos hospitais gerais, que, em regra, não são estruturados para manter pacientes no período pós-agudo com o nível de reabilitação e acompanhamento multiprofissional necessários. O objetivo do atendimento é **recuperar e estabilizar o paciente**, promovendo **maior autonomia e independência**, e consequentemente, **melhor qualidade de vida**, com condições para uma **alta segura** e uma transição adequada para o domicílio. Além dos benefícios assistenciais, esse modelo contribui para a **economicidade do sistema de saúde**, ao **reduzir o tempo de permanência** de pacientes pós-agudos nos hospitais de alta complexidade, **qualificar a transição do cuidado** (diminuindo reinternações e intercorrências) e **fortalecer a gestão de riscos**, com impacto na **redução de judicializações** relacionadas à assistência. Além das unidades de Clínica de Transição, a Rede Paulo de Tarso mantém o **Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI)**, em Parapoeba/MG, projeto social que atende gratuitamente cerca de 206 crianças com deficiências e síndromes raras, bem como suas famílias, por meio de ações nas áreas de assistência social, educação e saúde, em consonância com o princípio da universalidade do atendimento, com aproximadamente **30.766** atendimentos ambulatoriais pelo SUS em diversas especialidades.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade do processo de expansão e consolidação do modelo assistencial da Rede Paulo de Tarso, pela plena operação da Clínica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia ao longo de todo o exercício e pelo fortalecimento das ações desenvolvidas na Clínica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha, bem como pela ampliação e qualificação das atividades do Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI). No âmbito setorial, o ambiente da saúde suplementar e do Sistema Único de Saúde (SUS) permaneceu desafiador, com pressão inflacionária sobre custos assistenciais, restrições orçamentárias no setor público e necessidade permanente de revisão de modelos de financiamento. Nesse contexto, a Rede Paulo de Tarso manteve o foco na eficiência operacional, na melhoria da taxa de ocupação, na diversificação de fontes de receita e na otimização da estrutura de capital, assegurando a continuidade da prestação de serviços de qualidade e a sustentabilidade econômico-financeira da instituição. O exercício foi influenciado por avanços na regulação e

no financiamento das atividades junto ao SUS. Destaca-se a adesão da Clínica de Transição Paulo de Tarso, a partir de janeiro de 2024, à política estadual **Paulista Minas**, com recebimento de incentivo por leito habilitado, bem como as tratativas para ampliação desse credenciamento. Adicionalmente, foram mantidas tratativas com a regulação municipal para incremento de recursos do Teto MAC do Município de Belo Horizonte, com potencial impacto positivo, condicionado à publicação de portaria ministerial específica. (ver Notas Explicativas 23(b) e 23(c)). Em 2025, a Rede Paulo de Tarso reafirmou seu compromisso com a qualidade assistencial, a gestão responsável dos recursos, a transparência na prestação de contas e a geração de valor social por meio da atenção a pacientes em reabilitação, cuidados continuados, cuidados paliativos e da atuação inclusiva e multidisciplinar junto a crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Em 2025, a Rede Paulo de Tarso deu continuidade à execução do seu terceiro ciclo de Planejamento Estratégico - PE (2024-2028), construído de forma participativa, com envolvimento das lideranças, análises internas e externas, análise de cenários e acompanhamento de metas e indicadores. Mantiveram-se como prioridades o aprimoramento da gestão de custos e processos, a qualidade e segurança assistencial, o fortalecimento de parcerias e a ampliação da presença no mercado, tendo a inovação permeado como pilar, por meio de investimentos em tecnologia e boas práticas de gestão voltadas à excelência e à eficiência operacional.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM 2025**

Em 2025, as Receitas Operacionais Líquidas da Rede Paulo de Tarso totalizaram R\$ 70,6 milhões, representando crescimento expressivo em relação a 2024, quando somaram R\$ 47,3 milhões (+49,1%). Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela expansão da atividade assistencial nas unidades de Clínica de Transição, com destaque para a consolidação da Clínica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia ao longo de todo o exercício, bem como pelo incremento de receitas vinculadas a verbas de custeio e subvenções relacionadas à atividade de saúde. O resultado operacional bruto atingiu R\$ 19,6 milhões em 2025, frente a R\$ 14,0 milhões em 2024 (+39,6%). No período, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 51,0 milhões, ante R\$ 33,3 milhões em 2024 (+53,1%), refletindo a expansão das atividades e a maior intensidade operacional decorrente do crescimento do volume assistencial. As despesas operacionais somaram R\$ 13,2 milhões em 2025, em comparação aos R\$ 8,9 milhões registrados em 2024 (+48,1%). Esse movimento refletiu: (i) a estruturação administrativa necessária para suportar o crescimento da Rede; (ii) as despesas relacionadas à operação da nova unidade ao longo de todo o exercício; e (iii) o fortalecimento dos controles e da governança, mantendo aderência às melhores práticas de gestão. Como resultado, o desempenho operacional alcançou R\$ 7,0 milhões, superior aos R\$ 6,0 milhões registrados em 2024 (+17,0%). No campo financeiro, as receitas financeiras totalizaram R\$ 900 mil em 2025 (2024: R\$ 400 mil), enquanto as despesas financeiras somaram R\$ 7,2 milhões (2024: R\$ 3,2 milhões), refletindo o maior volume de endividamento destinado a financiar investimentos estruturais, especialmente ligados à expansão da nova unidade assistencial. Como consequência, o exercício de 2025 encerrou com superávit de R\$ 702 mil, em comparação aos R\$ 3,2 milhões registrados em 2024. Embora o resultado final seja inferior ao do exercício anterior, sua análise deve ser realizada de forma integral aos seguintes fatores: • crescimento significativo das receitas operacionais; • expansão da base de ativos voltada à geração de resultados futuros; e • aumento do serviço da dívida decorrente dos investimentos realizados. Por fim, o Patrimônio Social, após a incorporação do superávit de 2025, passou de R\$ 27,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 27,8 milhões em 31 de dezembro de 2025.

RECEITA - RPT

70.579.706

47.336.515

36.285.580

70.579.706

2023

2024

2025

EBITDA - RPT

6.086.607

7.786.458

9.534.025

2023

2024

2025

INVESTIMENTOS

1.995.077

19.637.753

10.811.180

2023

2024

2025

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (RS1)

70.579.706

47.336.515

70.579.706

47.336.515

2023

2024

2025

RESULTADO OPERACIONAL - RPT

19.637.753

10.811.180

19.637.753

10.811.180

2023

2024

2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (RS1)

70.579.706

47.336.515

70.579.706

47.336.515

2023

2024

2025

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTUAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (RS1)

70.579.706

47.336.515

70.579.706

47.336.515

2023

2024

2025

**ATIVIDADE OPERACIONAL**

A Rede Paulo de Tarso atua em conformidade com as disposições legais vigentes, é uma entidade particular sem fins lucrativos, possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, declarada de utilidade pública federal pelo Decreto 97.476, de 25 de janeiro de 1989, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade e comarca de Belo Horizonte, mantendo como objetivo o funcionamento das seguintes Unidades de serviços: **Clínica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha**: situada no município de Belo Horizonte/MG com 125 leitos, sendo 88 exclusivamente ao SUS, representando 70% do total de leitos, e os demais 37 leitos, representando 30%, destinados a pacientes com necessidades operacionais e de cuidados continuados e cuidados paliativos, em particular, **Clinica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia**: localizada na região Sul de Belo Horizonte/MG, a nova unidade da Clínica de Transição iniciou suas atividades em julho de 2024 e conta com 57 leitos, destinados a operacionais privadas, com o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico-financeiro operacional da Rede. **Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI)**: localizada na cidade de Parapoeba/MG, é um projeto social que atende gratuitamente cerca de 206 crianças em situação de vulnerabilidade social, com necessidades especiais e síndromes raras, além de oferecer suporte a suas famílias por meio de ações nas áreas de assistência social, educação e saúde, seguindo o princípio da universalidade do atendimento. São aproximadamente 30.766 atendimentos ambulatoriais realizados pelo SUS em diversas especialidades.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução nº 1.409/2012 NBC TG 2002 (R1) e de 21/08/2015, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos aspectos específicos em "Entidades Sem Finalidade de Lucros".

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a. Adoção do Regime de competência para o registro contábil das operações; b. Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulante e os excedentes a esse prazo como não circulante; c. Os direitos e as obrigações legais ou contratuais são avaliados em seu valor monetário ou encargos financeiros são atualizados até a data das demonstrações financeiras; d. As férias vencidas e proporcionais e seus respectivos encargos são provisionados segundo o Regime de Competência; e. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado; f. A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. As estimativas são avaliadas com base em informações disponíveis e, quando os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados; g. Os ativos do imobilizado e do intangível devem ter seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração no exercício de 2018 efetuou avaliação patrimonial dos bens do ativo imobilizado por empresa especializada e de acordo com as NBC-TG 27 R3 Ativo Imobilizado; h. Os processos Cíveis ativos referentes às ações de cobrança perante a Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (Santa Casa Saúde), e junto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); i. Entende-se que a administração não possui obrigações de natureza tributária, sendo a Empresa e Trabalhista com contingência para as perdas prováveis envolvendo Passivo Não Circulante e Contas de Resultado; j. Bens classificados como "Destinados à venda", no valor de R\$ 8.340.415 referem-se ao imóvel rural localizado na cidade de Gaúcho - Fazenda Montalvão. Em fevereiro de 2021 foi efetuada avaliação do bem por intermédio de instituição financeira, e conforme Laudo Técnico realizado por empresa especializada, concluiu que as benfeitorias existentes, bem como do terreno, possuem valor de R\$ 11.310.000.

**4. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E BANCO**

**Descrição** 31.12.2025 31.12.2024 Banco conta movimento e Caixa 485.443 178.889 Aplicações Financeiras 6.555.133 9.133.860 **Total - RS 1** **7.041.133 4.897.407**

**- Banco conta movimento e caixa:** Representam os valores depositados em contas correntes por clientes e doadores, por liquidez imediata. • **Aplicações Financeiras:** referem-se aos recursos provenientes de depósitos feitos por clientes, órgãos públicos e doadores, que podem ser resgatados de imediato com liquidez diária.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

**Descrição** 31.12.2025 31.12.2024 Aplicações vinculadas a empréstimos bancários 1.529.673 801.734 Aplicações vinculadas a convênios 2.492.508 2.887.775 **Total - RS 1** **4.022.181 3.689.509**

**Aplicações vinculadas a empréstimos bancários:** referem-se a investimentos mantidos como garantia em contratos de financiamentos estruturados com o objetivo de viabilizar melhores condições de crédito. • **Aplicações vinculadas a convênios:** São recursos recebidos através de convênio e parcerias público-privado ainda não aplicados em projetos de apoio, conforme descritas na nota 12.

**6. CLIENTES E CONVÊNIO/VERBAS GOVERNAMENTAIS A RECEBER**

a) Clientes - A rubrica "Clientes" compreende os valores a receber decorrentes dos serviços prestados pela Entidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), das operadoras de planos de saúde e dos atendimentos em regime particular, bem como demais contas a receber relacionadas à atividade assistencial. Em 2025, essa rubrica passa a refletir, de forma mais relevante, os valores a receber provenientes da operação da nova unidade Suntor, conforme demonstrado a seguir:

**Demonstrativo** 31.12.2025 31.12.2024 SUS 2.155.506 1.283.940 Convênios Privados e Particulares 6.721.786 4.910.058 Outros Contas a Receber 256.568 319.352 **Total - RS 1** **9.133.860 6.513.350**

b) Verbas Governamentais a Receber - A rubrica registra os recursos captados e formalmente aprovados junto a órgãos públicos no exercício de 2025, provenientes de emendas parlamentares, ainda não recebidas até a data das demonstrações financeiras.

**Demonstrativo** 31.12.2025 31.12.2024 Emendas Parlamentares 2.385.430 1.905.379 **Total - RS 1** **2.385.430 1.905.379**

**7. ESTOQUE**

Os estoques estão avaliados pelo preço médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado líquido, e encontram-se assim demonstrados:

**Descrição** 31.12.2025 31.12.2024 Farmácia 710.224 518.399 Almozaratório Geral 967.248 733.303 **Total - RS 1** **1.677.472 1.251.702**

**8. IMOBILIZADO**

Os bens patrimoniais estão demonstrados conforme segue:

**Descrição** 31.12.2025 31.12.2024 Terrenos 6.881.137 6.881.137 Edificações 4% 9.770.974 9.770.974 Benfeitorias em imóveis próprios 4% 7.916.100 4.244.443 Benfeitorias em imóveis de terceiros 4% 26.622.174 19.058.674 Móveis e Utensílios 10% 6.587.422 3.406.520 Máquinas e Equipamentos 10% 4.822.648 3.251.198 Informática 20% 2.833.982 1.668.577 Veículos 20% 191.100 191.100 Instalações 10% 1.314.125 1.314.125 Imobilização em andamento 10% 131.778 7.015.278 Outras Imobilizações 10% 3.500 3.500 **Subtotal** **67.601.919 56.805.526** Depreciações acumuladas - (9.536.827) (7.053.827) **Total líquido - RS 1** **(58.065.092 49.751.699)**

**9. INTANGÍVEL**

Os ativos intangíveis estão demonstrados conforme segue:

**Descrição** 31.12.2025 31.12.2024 Marcas e Sistemas Processam. Dados... 20% 1.554.874 1.531.924 Softwares e Patentes - 18.374 16.179 Amortização acumulada - (1.152.531) (1.017.768) **Total líquido - RS 1** **420.717 530.335**

| BALANÇO PATRIMONIAL - (RS1)                                  |                   | Exercício findo em |            |
|--------------------------------------------------------------|-------------------|--------------------|------------|
| ATIVO                                                        |                   | 31.12.2025         | 31.12.2024 |
| <b>CIRCULANTE</b>                                            |                   |                    |            |
| Disponibilidade de caixa e banco (nota 4).....               | 7.041.133         | 4.897.407          |            |
| Aplicações financeiras vinculadas (nota 5).....              | 4.022.181         | 3.689.509          |            |
| Clientes e convênios (nota 6).....                           | 9.133.860         | 6.513.350          |            |
| Estoques (nota 3e 7).....                                    | 1.677.472         | 1.251.702          |            |
| Verbas governamentais a receber (nota 6b).....               | 2.385.430         | 1.905.379          |            |
| Outros créditos a receber.....                               | 435.184           | 498.816            |            |
| <b>24.695.160</b>                                            | <b>18.748.116</b> |                    |            |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                        |                   |                    |            |
| Realizável a Longo Prazo                                     |                   |                    |            |
| Depósitos judiciais.....                                     | 8.940             | 9.540              |            |
| Processos cíveis a receber (nota 3b).....                    | 885.145           | 881.258            |            |
| Bens disponíveis para venda (nota 3j).....                   | 8.340.415         | 8.340.415          |            |
| <b>9.234.500</b>                                             | <b>9.231.213</b>  |                    |            |
| Imobilizado (nota 8).....                                    | 58.065.092        | 49.751.699         |            |
| Intangível (nota 9).....                                     | 420.717           | 530.335            |            |
| <b>58.485.809</b>                                            | <b>50.282.034</b> |                    |            |
| <b>TOTAL DO ATIVO.....</b>                                   | <b>92.415.570</b> | <b>78.261.413</b>  |            |
| As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras. |                   |                    |            |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                 |                   | Exercício findo em |            |
|                                                              |                   | 31.12.2025         | 31.12.2024 |
| <b>CIRCULANTE</b>                                            |                   |                    |            |
| Fornecedores.....                                            | 1.470.070         | 1.454.154          |            |
| Impostos e contribuições.....                                | 598.754           | 473.785            |            |
| Obrigações com pessoal.....                                  | 3.411.412         | 2.604.811          |            |
| Honorários médicos a repassar.....                           | 685.382           | 623.470            |            |
| Outros passivos circulantes.....                             | 316.532           | 396.675            |            |
| Empréstimos e financiamentos (nota 10).....                  | 10.628.490        | 4.929.724          |            |
| Convênios em execução (nota 12).....                         | 2.492.508         | 2.887.775          |            |
| Subvenções govern. a realizar (nota 13).....                 | 314.741           | 280.225            |            |
| Empréstimos de mútuos (nota 11).....                         | 1.148.512         | -                  |            |
| <b>21.066.414</b>                                            | <b>13.650.359</b> |                    |            |
| <b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                |                   |                    |            |
| Empréstimos e financiamentos (nota 10).....                  | 25.987.610        | 24.959.271         |            |
| Empréstimos de mútuos (nota 11).....                         | 11.047.709        | 7.124.057          |            |
| Provisões contingências judiciais (nota 3i).....             | 385.503           | 326.928            |            |
| Subvenções govern. a realizar (nota 13).....                 | 6.161.237         | 5.135.949          |            |
| <b>43.582.058</b>                                            | <b>37.546.205</b> |                    |            |
| <b>Patrimônio Social</b>                                     |                   |                    |            |
| Patrimônio Social (nota 15).....                             | 27.767.097        | 27.064.849         |            |
| <b>27.767.097</b>                                            | <b>27.064.849</b> |                    |            |
| <b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>                                 | <b>92.415.570</b> | <b>78.261.413</b>  |            |
| As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras. |                   |                    |            |

| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 |                    |                          |                       |                   |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------|-------------------|----------|
| 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS                                                     |                    |                          |                       |                   |          |
| Os saldos de empréstimos e financiamentos estão demonstrados conforme segue:         |                    |                          |                       |                   |          |
| <b>Circulante</b>                                                                    |                    |                          |                       |                   |          |
| Instituição                                                                          | Amor-tização final | Modalidade de empréstimo | Encargos mensais      | Saldo devedor     | 31.12.25 |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 31.12.26           | Capital de giro          | CDI + 0,40% a.m.      | <b>400.329</b>    |          |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 31.12.26           | Capital de giro          | CDI + 0,40% a.m.      | <b>404.316</b>    |          |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 31.12.26           | Investimento             | CDI + 0,40% a.m.      | <b>599.820</b>    |          |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 31.12.26           | Investimento             | CDI + 0,40% a.m.      | <b>755.422</b>    |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 31.12.26           | Capital de giro          | CDI + 0,45% a.m.      | <b>1.722.225</b>  |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 31.12.26           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>90.923</b>     |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 31.12.26           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>95.770</b>     |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,67% a.m  | <b>436.364</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | CDI + 0,36% a.m       | <b>512.727</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,75% a.m  | <b>284.560</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,40% a.m  | <b>169.397</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,37% a.m  | <b>270.192</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,33% a.m  | <b>130.939</b>    |          |
| HP Financeal                                                                         | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,26% a.m  | <b>99.195</b>     |          |
| Caixa Econômica                                                                      | 31.12.26           | Capital de giro          | Pré-Fixado 1,22% a.m  | <b>206.719</b>    |          |
| Caixa Econômica                                                                      | 31.12.26           | Investimento             | Pré-Fixado 1,25% a.m  | <b>987.487</b>    |          |
| Sicooob/Credimpe                                                                     | 31.12.26           | Investimento             | 1,39% Pré-Fixado      | <b>303.742</b>    |          |
| Banco do Banco do Brasil/BNDES                                                       | 31.12.26           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>732.083</b>    |          |
| Santander                                                                            | 31.12.26           | Investimento             | 1,75% Pré-Fixado      | <b>243.334</b>    |          |
| Banco Safra                                                                          | 31.12.26           | Investimento             | 1,49% Pré-Fixado      | <b>122.222</b>    |          |
| Banco Safra                                                                          | 31.12.26           | Investimento             | 1,82% Pré-Fixado      | <b>458.333</b>    |          |
| Banco BDMG                                                                           | 31.12.26           | Investimento             | IPCA + 0,56% a.m.     | <b>304.975</b>    |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 31.12.26           | Conta Garantida          | Pré-Fixado 1,75% a.m. | <b>1.211.416</b>  |          |
| <b>Total circulante</b>                                                              |                    |                          |                       | <b>10.628.490</b> |          |
| <b>Não circulante</b>                                                                |                    |                          |                       |                   |          |
| Instituição                                                                          | Amor-tização final | Modalidade de empréstimo | Encargos mensais      | Saldo devedor     | 31.12.25 |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 15.01.30           | Investimento             | CDI + 0,40% a.m.      | <b>1.241.466</b>  |          |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 17.09.29           | Investimento             | CDI + 0,40% a.m.      | <b>2.423.949</b>  |          |
| Sicooob/Credicom                                                                     | 17.01.30           | Investimento             | CDI + 0,40% a.m.      | <b>2.354.551</b>  |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 17.12.30           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>373.960</b>    |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 15.02.31           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>401.922</b>    |          |
| Banco do Brasil                                                                      | 13.08.28           | Investimento             | Pré-Fixado 1,67% a.m  | <b>738.894</b>    |          |
| Santander                                                                            | 24.07.28           | Investimento             | CDI + 0,36% a.m       | <b>815.855</b>    |          |
| Santander                                                                            | 17.04.29           | Investimento             | Pré-Fixado 1,75% a.m  | <b>961.347</b>    |          |
| Santander                                                                            | 25.09.29           | Investimento             | Pré-Fixado 1,40% a.m  | <b>833.387</b>    |          |
| Santander                                                                            | 23.03.29           | Investimento             | Pré-Fixado 1,37% a.m  | <b>814.318</b>    |          |
| Santander                                                                            | 06.04.29           | Investimento             | Pré-Fixado 1,33% a.m  | <b>408.622</b>    |          |
| HP Financeal                                                                         | 22.01.29           | Investimento             | Pré-Fixado 1,26% a.m  | <b>259.623</b>    |          |
| Caixa Econômica                                                                      | 10.05.34           | Capital de giro          | Pré-Fixado 1,22% a.m  | <b>3.116.613</b>  |          |
| Caixa Econômica                                                                      | 10.09.30           | Investimento             | Pré-Fixado 1,25% a.m  | <b>5.453.430</b>  |          |
| Sicooob/Credimpe                                                                     | 06.11.30           | Investimento             | 1,39% Pré-Fixado      | <b>1.205.545</b>  |          |
| Banco do Banco do Brasil/BNDES                                                       | 15.12.28           | Investimento             | IPCA + 0,45% a.m.     | <b>1.476.243</b>  |          |
| Santander                                                                            | 28.11.28           | Investimento             | 1,75% Pré-Fixado      | <b>638.885</b>    |          |
| Banco Safra                                                                          | 08.01.29           | Investimento             | 1,49% Pré-Fixado      | <b>279.323</b>    |          |
| Banco Safra                                                                          | 26.02.29           | Investimento             | 1,82% Pré-Fixado      | <b>1.198.670</b>  |          |
| Banco BDMG                                                                           | 14.04.29           | Investimento             | IPCA + 0,56% a.m.     | <b>991.008</b>    |          |
| <b>Total não circulante</b>                                                          |                    |                          |                       | <b>25.987.610</b> |          |

| Não circulante             |                           |                             |                      |                              |
|----------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------|------------------------------|
| Instituição                | Amor-<br>tização<br>final | Modalidade<br>de empréstimo | Encargos mensais     | Saldo<br>devedor<br>31.12.25 |
| SicooB/Credicom            | 15.01.30                  | Investimento                | CDI + 0,40% a.m.     | 1.241.466                    |
| SicooB/Credicom            | 17.09.29                  | Investimento                | CDI + 0,40% a.m.     | 2.243.949                    |
| SicooB/Credicom            | 17.01.30                  | Investimento                | CDI + 0,40% a.m.     | 2.354.551                    |
| Banco do Brasil            | 17.12.30                  | Investimento                | IPCA + 0,45% a.m.    | 373.960                      |
| Banco do Brasil            | 15.02.31                  | Investimento                | IPCA + 0,45% a.m.    | 401.922                      |
| Banco do Brasil            | 13.08.28                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,67% a.m | 738.894                      |
| Santander                  | 24.07.28                  | Investimento                | CDI + 0,36% a.m      | 815.855                      |
| Santander                  | 17.04.29                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,75% a.m | 961.347                      |
| Santander                  | 25.09.29                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,40% a.m | 833.387                      |
| Santander<br>Leasing       | 23.03.29                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,37% a.m | 814.318                      |
| Santander<br>Leasing       | 06.04.29                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,33% a.m | 408.622                      |
| HP Financial<br>Leasing    | 22.01.29                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,26% a.m | 259.623                      |
| Caixa Econômica<br>Federal | 10.05.34                  | Capital de giro             | Pré-Fixado 1,22% a.m | 3.116.613                    |
| Caixa Econômica<br>Federal | 10.09.30                  | Investimento                | Pré-Fixado 1,25% a.m | 5.453.430                    |
| SicooB/Credimpe            | 06.11.30                  | Investimento                | 1,39% Pré-Fixado     | 1.205.545                    |
| Banco do Brasil/BNDES      | 15.12.28                  | Investimento                | IPCA + 0,45% a.m.    | 1.476.243                    |
| Santander                  | 28.11.28                  | Investimento                | 1,75% Pré-Fixado     | 638.885                      |
| Banco Safra                | 08.01.29                  | Investimento                | 1,49% Pré-Fixado     | 279.323                      |
| Banco Safra                | 26.02.29                  | Investimento                | 1,82% Pré-Fixado     | 1.198.670                    |
| Banco BDMG                 | 14.04.29                  | Investimento                | IPCA + 0,56% a.m.    | 991.008                      |
| Total não circulante       |                           |                             |                      | 25.987.610                   |



## REDE PAULO DE TARSO

clínica de transição

### REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37

cuidados continuados integrados



## REDE PAULO DE TARSO

clínica de transição

### REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37

cuidados continuados integrados

aguarda decisão judicial no âmbito do Processo nº 1059823-67/2021 nº 01.43400, distribuído em 20/08/2021 em face da União e do Município de Belo Horizonte, por meio do qual pleiteia o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados com o Município. A demanda tem como fundamento a atualização monetária dos valores contratuais com base no ICA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), referente aos contratos 5 (cinco) que informo cálculos apresentando totaliza R\$ 9.519,190,00 (nove mil, quinhentos e dezesse e mil, cento e noventa reais). Após a análise da petição inicial, foi proferida decisão judicial que condenou a União ao ressarcimento da perda por diferença de atualização da Tabela Financeira Nacional de Equivalência de Procedimentos (TUNEP), elaborada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com incidência de juros de mora e correção monetária sobre as diferenças apuradas. Contudo, foram interpostas apelações tanto da União quanto pela própria União Federal, razão pela qual há discordância quanto à utilização da TUNEP como critério de correção. Em decorrência, o processo foi remetido ao Tribunal Regional da 1ª Região, em Brasília, onde aguarda julgamento desde 2023. O/ Os discussões judiciais: a) A ação de execução fiscal promovida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) versa sobre supostos créditos oriundos de contribuições previdenciárias referentes ao período de 01/1990 a 05/1995, cujo valor, atualizado com encargos legais até março de 2020, totaliza R\$ 2.071.062 (dois milhões, setenta e um mil e sessenta

e dois reais). Os débitos foram inscritos em Dívida Ativa da União (CND) em 25 de junho de 2002 sob nº 32103677-8, vinculado ao CNPJ da matriz nº 17.226.044/0001-37, tendo a respectiva execução fiscal sido ajuizada em 28 de agosto de 2002. ii) Em outra ação promovida pela PGFN, discute-se a ausência de recolhimento de contribuições, inclusive pelo pagamento de segurado (empregados e trabalhadores avulsos), vinculado ao CNPJ nº 17.226.044/0001-37, referente à antiga filial da REDE realizada no município de Coração de Jesus/MG, no período de 01/1990 a 11/1995. O valor atualizado do débito até março de 2026 perfaz R\$ 426.597 (quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e sete reais). Os débitos foram inscritos em Dívida Ativa da União (CND) em 04 de março de 1997, sob nº 32.103.681-6, tendo a execução fiscal sido ajuizada em 01 de agosto de 1997. A administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, entende que os referidos processos são improcedentes, inclusive porque não tiveram entrada no sistema de gestão, os débitos não foram classificados como perda provisória (30%) para fins contábeis, razão pela qual não foi constituída provisão para fazer face a essas contingências.

**DIRETORIA EXECUTIVA DIRETOR FINANÇAS**  
**Ana Carolina de Souza Carlos Manoel da Silva**

**CONTADOR RESPONSÁVEL**  
**Thalita Caroline F. Santos - CRC-MG 01271670-8**

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de forma obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da REDE PAULO DE TARSO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras abrangido o Relatório da Administração, não inclui qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras. Quando não houver inconsistência relevante, a auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar quando não há distorção relevante. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da REDE PAULO DE TARSO é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a REDE PAULO DE TARSO continuar operando, divulgando, quando aplicável, informações relevantes sobre as contingências operacionais e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a REDE PAULO DE TARSO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da REDE PAULO DE TARSO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável, quando aplicável, em relação às demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é de um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possivelmente influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Não podemos garantir a identificação ou avaliação dos riscos de controle relevante nas demonstrações financeiras e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada suficiente para fundamentar nossa opinião. Contudo, há o risco de distorção relevante não detectada por nós, seja por fraude ou por erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos para a auditoria para planejar a natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos aplicados, mas não emitimos uma opinião expressa sobre a eficácia dos controles internos da REDE PAULO DE TARSO. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da REDE PAULO DE TARSO. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a REDE PAULO DE TARSO a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações auditadas. Também comunicamos a eles os resultados de testes significativos nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriremos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

**AUDISERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.**  
**CRC-01-MG-4553-0**  
**Alexandre Oliveira Chagas**  
 Auditor Responsável - CRC-MG-075751/O-7  
**Fernanda Filizotta Mattos de Sousa**  
 Auditor Responsável - CRC-MG-113.796-0/0

**PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL**  
 O Conselho Fiscal da Rede Paulo de Tarso, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise dos documentos e informações recebidas, concluiu que as demonstrações contábeis, que refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Rede Paulo de Tarso, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificando estar tudo em ordem, e de parecer que as contas a serem submetidas ao Conselho Fiscal estão corretas e adequadas para a tomada de decisão. Sócios Colaboradores, Efetivos e Beneméritos. Belo Horizonte, 02 de abril de 2026.

**Raymond Carabeti - CRC-MG: 8.298**  
**Antônio Carlos de Andrade - RG-MG-2.533.627**  
**Edson Geraldo Pena - RG: M-5.324.292**

de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Pág. 02/20

# Incentivo fiscal à inovação é subutilizado em Minas

**%LEI DO BEM** Apenas 14% das empresas com potencial de recorrer ao mecanismo usam o benefício no Estado, apontam dados do MCTI compilados pela Grownt

**JULIANA SODRÉ**

Mesmo após mais de duas décadas de existência, a Lei do Bem (11.196/2005), principal instrumento de incentivo fiscal à inovação no País, ainda é subutilizada por empresas brasileiras e, não diferentemente, por empreendimentos mineiros. No Estado, do potencial estimado de empresas que poderiam estar usando o benefício, apenas 14% fazem uso do incentivo.

Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) compilados pela Grownt, empresa especializada em captação de recursos e gestão da inovação, mostram que em Minas Gerais apenas 348 empresas utilizam os incentivos fiscais da lei. Um número bem abaixo do potencial estimado que é cerca de 2,5 mil empresas aptas no Estado, conforme ressalta o sócio-fundador da Grownt, Diego Teixeira.

O cenário, segundo ele, reflete uma realidade nacional. Conforme dados do MCTI, no País, apenas cerca de 4 mil empresas utilizaram o benefício nos levantamentos mais recentes. O número é baixo diante do universo de companhias brasileiras que poderiam se enquadrar nos critérios da lei que atualmente somam mais de 200 mil, evidenciando um amplo espaço para expansão do uso do benefício.

Isso porque a Lei do Bem é destinada a empresas enquadradas no regime de lucro real. No País, as 200 mil que estão nesse regime concentram mais de 70% da arrecadação corporativa. Ainda assim, estima-se que apenas cerca de 30 mil tenham perfil efetivo para usufruir do incentivo à inovação. Na prática, porém, apenas 14% das empresas acessam o mecanismo atualmente.

Para o sócio-fundador da Grownt, Diego Teixeira, o principal entrave continua sendo o desconhecimento. “É incrível como ainda existem empresas que desconhecem a Lei do Bem. Hoje, entre 70% e 80% dos clientes que chegam até nós nunca utilizaram o incentivo”, afirma.

De acordo com Teixeira, há uma percepção equivocada de que apenas projetos altamente disruptivos ou patenteáveis se enquadram na legislação. “A maioria das empresas acha que inovação é invenção. Mas, na prática, o incentivo está muito mais ligado a melhorias incrementais que são ajustes em produtos, processos e serviços que já existem”, explica.

O desconhecimento, no entanto, não é o único entrave. Teixeira aponta também dificuldades técnicas na identificação e estruturação dos projetos que comprometem a aprovação. “As empresas costumam olhar só para a área de inovação e não fazem uma análise mais profunda das melhorias incrementais. Além disso, muitos projetos são conduzidos por áreas que não têm o domínio técnico-científico necessário, comprometendo a aprovação”, diz. Segundo ele, quando não há detalhamento adequado dos riscos tecnológicos e da metodologia aplicada, os

2002 reais). Os débitos foram inscritos em Divida Ativa da União (CDA) em 25 de junho de 2002 sob o nº 32103677-8, vinculado ao CNPJ da matriz nº 17.726.004.000-0, tendo a respectiva execução fiscal sido ajuizada em 28 de agosto de 2002. Entretanto, em outra ação promovida pela PGFN, discute-se a ausência de recolhimento de tributos por parte da entidade, tendo sido ajuizada a execução fiscal nº 32103677-8, vinculada ao CNPJ nº 17.726.004.000-0, referente à antiga filial da Rede Localizada, no município de Coração de Jesus/MG, no período de 01/1990 a 11/1995. O valor atualizado do débito até março de 2006 perfaz R\$ 426,597 (quatrocentos e vinte e seis mil e quinhentos e noventa e sete reais e 597 centavos), acrescido de juros e multa. A União da Atividade (CDA) em 04 de março de 1997 sob o nº 321033681-6, tendo a execução fiscal sido ajuizada em 01 de agosto de 1997. A Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, entende que os referidos processos são improcedentes, inclusive por envolverem entidade imune. Dessa forma, as demandas são consideradas improcedentes, não havendo, portanto, qualquer fundamento legal pelo qual seja constituída provisão para fazer face a essas contingências.

|                                                                          |                                              |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| DIRETORIA EXECUTIVA<br>Ana Carolina de Souza                             | DIRETOR FINANCEIRO<br>Carlos Manoel da Silva |
| CONTADORA RESPONSÁVEL<br>Thalita Caroline F. Santos - CRC-MG 0127167/O-8 |                                              |

profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e emprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião sobre as informações contábeis.

**PAULO DE TARSO** é responsável por essas outras informações que compreendem o conteúdo do Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangue o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão ou garantia quanto à veracidade das informações nele apresentadas. Quanto às demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se necessário, considerá-lo se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido no decorrer da auditoria. Com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, nos seus aspectos relevantes, quando comparado com os fatos ocorridos. Assim sendo, a Administração, como requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar sobre este aspecto.

**Responsabilidades da administração e da governança pela informação:** Os administradores são responsáveis por elaborar e apresentar as demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis aplicáveis e assegurar-se de que elas sejam preparadas de maneira apropriada e adequada apresentação das demonstrações financeiras.

[illegible]

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à continuidade operacional da REDE PAULO DE TARSO. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se não for possível, devemos expressar uma opinião reservada. Se nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a REDE PAULO DE TARSO a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as políticas contábeis adotadas, e verificamos se há correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e da natureza, do tempo e dos recursos necessários para a realização da auditoria. • Comunicamos aos responsáveis pela governança os pontos de atenção significativos nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que possam ser considerados relevantes para a auditoria. • Comunicamos aos responsáveis pela governança as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

**AUDISERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.**  
CRC-01-MG-4553 - O

**Alexandre Oliveira Mattos**  
Auditor Responsável - CRC-MG-075751/O-7

**Fernanda Filizzotta Chagas**  
Auditora Responsável - CRC-MG-113.796/O-0

**PARCELO DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Rede Paulo de Tarsos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o relatório da Diretoria e os demonstrativos financeiros e contribuições, que refletem sua atuação administrativa e financeira da Rede Paulo de Tarsos, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificando estar tudo em ordem, e de parecer que as contas a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária merecem ampla aprovação pelos senhores Sócios Colaboradores, Efetivos e Beneficiários, deliberou, em 14 de maio de 2026:

**Raymundo Carabeti - CRC-MG: 8.298**  
**Antônio Carlos de Andrade - RG-MG-5.533.627**  
**Edson Gerslido Pena - RG: M-5.374.292**

Pág. 02/02



## Diego Teixeira aponta limitações na legislação brasileira que impedem o uso de créditos fiscaís para estimular a inovação

no planejamento estratégico anual.

Diante desse cenário, ele recomenda que as empresas ampliem o acesso à informação e a qualificação técnica. “A Lei do Bem é um dos incentivos mais democráticos do País, porque não restringe setor ou região. Qualquer empresa que esteja buscando melhorar seus processos ou produtos pode se enquadrar. Quem não utiliza está deixando dinheiro na mesa”, conclui. %

## % ESTATUTO DO APRENDIZ

# Novo projeto amplia a proteção de jovens

**ANDERSON GONÇALVES**

A proposta que atualiza as normas dos contratos de aprendizagem amplia a proteção de jovens entre 14 e 24 anos e de pessoas com deficiência. A legislação vigente sobre o tema está desatualizada e já não oferece os incentivos adequados para a contratação de jovens, a parcela da população mais atingida pelo desemprego.

O texto do Estatuto do Aprendiz, de autoria original do ex-deputado André de Paula, foi aprovado na versão apresentada pela relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), e segue agora para votação no Senado Federal. Se aprovado, será encaminhado à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta debatida no Congresso Nacional traz avanços que oferecem ao menor aprendiz mais segurança para desempenhar suas funções e, ao mesmo tempo, propõem benefícios e incentivos às empresas para que seus negócios se tornem formadores de mão de obra qualificada e de cidadãos.

Para o superintendente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola de Minas Gerais CIEE-MG, Kleber Colomarte, “a legislação da

familiar para fins de acesso ao Bolsa Família.

**Cota** - Alguns empregadores ficam desobrigados de cumprir a cota de aprendizes, como microempresas, empresas de pequeno porte, estabelecimentos com menos de sete funcionários, empregadores rurais pessoa física, órgãos públicos com regime estatutário e entidades sem fins lucrativos voltadas à educação profissional.

“De 2019 a 2026, houve muitas tentativas de inserir destaques e emendas prejudiciais, como a proibição do trabalho do aprendiz em plantas fabris. Se essas emendas tivessem sido aprovadas, perderíamos aproximadamente 400 a 450 mil vagas de aprendizes no Brasil”, comenta Colomarte.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 10,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos não estudam nem trabalham, grupo no qual mulheres negras representam 43,3%. “Nossa proposta tem como objetivo combater situações como essa e oferecer melhores oportunidades de trabalho aos jovens, que tanto contribuem para o País e tão pouco recebem da sociedade”, afirma a deputada Flávia Moraes. %

**EDIÇÃO IMPRESSA  
PRODUZIDA  
PELO JORNAL  
DIÁRIO DO  
COMÉRCIO.**

**Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e**

as integrais das Publicações Legais  
contidas nessa página, encontram-se  
disponíveis no site: [diariodocomercio.com.br/publicidade-legal](http://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal)  
Acesse também através do  
QR CODE ao lado.

# Nova estratégia fomenta maior feira de *lingerie* do País

ANDERSON GONÇALVES

Uma cidade que possui o título de maior polo de roupas íntimas do Brasil não poderia deixar de abrigar o grande evento do setor. A Feira de Lingerie de Juruiaia (Felinju), no Sul de Minas, que movimentou o município de pouco mais de 11 mil habitantes entre os dias 23 e 25 de abril, foi mais um marco para a economia local, que tem mais de 400 empresas abertas só para a confecção de *lingeries*.

Com visitantes de várias partes do País, principalmente revendedores de todos os portes, a Felinju 2026 recebeu mais de 50 *stands* e pouco mais de 70 marcas, que visam colocar seus produtos em evidência. A previsão é de

um incremento de até 20% nas vendas em relação ao ano passado, com mais de 10 mil visitantes passando pelo evento.

“Não são clientes que comprem uma ou duas peças. São clientes potenciais com poder de compra maior, de até R\$ 1,5 milhão”, revelou o presidente da Associação Comercial e Industrial de Juruiaia (Aciju), João Carlos Iorio.

Para manter a alta circulação de pessoas e o volume de negócios na feira deste ano, os organizadores, em parceria com a Aciju, traçaram uma estratégia de ir até o cliente e buscá-lo onde ele estivesse. “A nossa prospecção foi um

pouco diferente este ano. Focamos em clientes que não conheciam o polo, clientes potenciais com negócio de revenda, lojistas e sacoleiras, pessoas que revendem o produto e que têm uma renda extra. Então, nós focamos esse público para trazê-lo a conhecer o polo”, confirmou Iorio.

Outro ponto forte na estratégia de vendas da Felinju foi o crescimento do comércio *on-line*, que, mesmo assim, não afastou o comprador presencial. Tornou-se uma facilidade a mais para o comerciante. “A demanda *on-line* cresceu. As empresas que se prepararam estão despachando mercadoria. E a primeira compra, normalmente,

a pessoa faz de forma presencial. Conseguimos atrair 32 clientes que nunca tinham ouvido falar em Juruiaia, e eles vieram conhecer pessoalmente. Depois que conhecem o produto, voltam a comprar *on-line*”, afirmou o presidente.

**Compradores e Dia das Mães** - Juruiaia fica bastante movimentada em tempos de Felinju, pois recebe revendedoras, sacoleiras e comerciantes de várias partes do País. Os principais compradores vêm do Norte de Minas, Paraná, São Paulo (capital) e Tocantins.

São essas caravanas que animam o setor, já que o

segmento não teve um primeiro trimestre robusto, mas que confia no Dia das Mães para impulsionar as vendas. Outro trunfo é a qualidade dos produtos e os lançamentos exclusivos durante a feira para todas as estações do ano.

“O nosso público antecipa as compras. Além disso, temos uma linha muito diversificada, com pijamas e peças para o frio. E nós também prospectamos regiões mais quentes, que podem aproveitar os lançamentos de

coleções exclusivas”, disse o representante da Aciju.

E finalizou: “Temos concorrência com produtores do Rio de Janeiro e de Fortaleza, mas o nosso produto se destaca pela qualidade, pelo design e pela modelagem. O produto tem um valor agregado alto. Um conjunto que aqui custa, em média, R\$ 40 a R\$ 50, chega ao consumidor final de R\$ 100 a R\$ 150. E ele paga porque reconhece a qualidade. Esse é o nosso diferencial”. %



**EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.**  
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: [diariodocomercio.com.br/publicidade-legal](http://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal). Acesse também através do QR CODE ao lado.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CAMPANHA SALARIAL – 2026**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL E VIRTUAL**

O SINDICATO DOS EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNALS E REVISTAS DE BELO HORIZONTE E EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS E VENDEDORAS DE JORNALS E REVISTAS E BANCAS DE JORNALS E REVISTAS - SINAD, com sede na Rua da Bahia, n. 1148 – sala n. 1901/1903, 19º andar, centro, Belo Horizonte/MG, neste ato representado por **MARCO ANTONIO JACOB**, CONVOCA todos os trabalhadores e trabalhadoras, empregados(as) vinculados às EMPRESAS DISTRIBUIDORAS E VENDEDORAS DE JORNALS E REVISTAS E DE BANCAS DE JORNALS E REVISTAS, sócios e não-sócios do respectivo Sindicatos Profissional, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada de maneira híbrida, no dia **30/04/2026**, às 16hs., em primeira convocação e em segunda convocação às 16:30hs, sendo certo que a AGE PRESENCIAL, será realizada no endereço da sede do SINDICATO, na Rua da Bahia 1148/1901/03 – Centro, Belo Horizonte-MG e a AGE VIRTUAL, será realizada de forma simultânea, cujo acesso e votação se dará através do link disponibilizado no site dos respectivos Sindicatos ou quaisquer ações que sejam necessárias à defesa do interesse da categoria profissional, inclusive substatbelecerem tais poderes; e) Autorização para Diretoria do Sindicato Profissional negociar, assinar Acordos Coletivos diretamente com empregadores, independentemente da negociação com outras Entidades Sindicais de Primeiro ou Segundo grau de representação, visando firmar Acordos Coletivos de Trabalho e Aditivos a estes, assim como ajustarem Dissídios Coletivos ou quaisquer ações que sejam necessárias à defesa do interesse da categoria profissional, inclusive substatbelecerem tais poderes; f) Deliberação sobre a instalação em caráter permanente da presente assembleia; h) Outras deliberações consequentes. O presente edital segue publicado em jornal de ampla circulação na base territorial d Sindicatos Profissional. Belo Horizonte, 23 de abril de 2026. **MARCO ANTONIO JACOB** – Presidente do SINAD.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERMINAS**  
O Presidente da COOPERMINAS - Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária de Minas Gerais, inscrita no CNPJ 18.915.318/0001-68, no uso das atribuições que lhe confere a Legislação e o Estatuto Social, convoca os associados(a), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no dia 08 de maio de 2026, que por não se comportar em sua sede social, será realizada na Escola Estadual Joaquim Bartholomeu Pedrosa, nº 325, Centro, Fervedouro Estado de Minas Gerais, às 16h00min em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados (a); às 17h00min para a segunda convocação com a presença de metade mais um dos associados (a); ou, às 18h00min em terceira convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados (a), para deliberar sobre os seguintes assuntos: Ordem do dia: 1) Leitura da ata da assembleia anterior; 2) Leitura do Edital convocatório; 3) Prestação de Contas do exercício anterior, compreendendo: I) Relatório de Gestão; II) Balanço Patrimonial; III) Demonstração de Sobras ou Perdas e Demais Demonstrações; IV) Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os Fundos Obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas; 4) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal para o ano de 2026; 5) Autorização dos cooperados para acessar crédito junto às instituições financeiras e cooperativas de crédito; 6) Inclusão e Exclusão de Sócios. 7) Quaisquer assuntos de interesse social, Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados a esta cooperativa, nesta data, é de 130 sócios em condições de votar.

Fervedouro/MG, 24 de abril de 2026

**Gilson de Souza de Carvalho**  
Diretor Presidente



**MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A CONSTRUÇÕES**  
CNPJ 17.193.590.0001-19

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

No último dia 9 de abril, a MBR completou 92 anos de engenharia e atividades ininterruptas. Mais um ano importante que se inicia; com o foco no Projeto #MBR100anos.

No contexto mundial, continuamos na expectativa do fim dos conflitos entre nações. No contexto Brasil, os investimentos industriais na área de atuação da Companhia ficaram abaixo da expectativa. O PIB (Produto Interno Bruto) fechou em 2,3%. Ainda com desafios importantes a superar, como os aspectos políticos, os aspectos fiscais e a inflação, o País caminha na busca de melhores vetores. Permanecemos confiantes em um Brasil sempre melhor. Seguindo suas diretrizes empresariais e seus princípios e valores (o respeito, o foco nos relacionamentos, a simplicidade, a melhoria contínua, a sustentabilidade e o comprometimento), a MBR mantém seu otimismo e concentra seus esforços na preservação da saúde e segurança de seus colaboradores, nas práticas ambientais, nas práticas sociais, nas práticas de governança, no aprimoramento da engenharia, na gestão dos custos, na inovação de seus processos construtivos e na gestão eficiente e sustentável junto aos clientes.

A Companhia permanece preparada para executar contratos expressivos como tem performedo ao longo de sua história. O excelente quadro técnico e o nível adequado de reservas financeiras foram mantidos, e, como consequência, a permanência de sua capacidade técnica e operacional para o atendimento aos novos desafios.

**AGRADECIMENTOS** - A Diretoria e o Conselho de Administração, agradecem a todos os colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e à sociedade, que nos cerca, que continuam e aqueles que continuarão contribuindo para o contínuo desenvolvimento da Companhia. Belo Horizonte, 23 de abril de 2026.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 |       |                |                |                |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)                                       |       |                |                |                |                |
| ATIVO                                                                                               | Notas | CONTROLADORA   |                | CONSOLIDADO    |                |
|                                                                                                     |       | 31.12.2025     | 31.12.2024     | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
| <b>CIRCULANTE</b>                                                                                   |       |                |                |                |                |
| Caixa e Equivalentes de caixa                                                                       | 6     | 61.720         | 66.970         | 67.342         | 71.190         |
| Contas a receber de clientes                                                                        | 7     | 25.317         | 43.462         | 29.770         | 48.428         |
| Adiantamentos a fornecedores                                                                        | 8     | 548            | 610            | 670            | 16.688         |
| Impostos de renda e contribuição social                                                             | 9     | 8.757          | 42             | 9.216          | 306            |
| Outros ativos circulantes                                                                           | 3.733 | 750            | 3.831          | 858            | -              |
| <b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>                                                                    |       | <b>100.075</b> | <b>111.834</b> | <b>110.829</b> | <b>121.510</b> |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                                                                               |       |                |                |                |                |
| Depósitos judiciais e garantias                                                                     | 16    | 1.925          | 1.969          | 1.925          | 1.969          |
| Impostos Diferidos                                                                                  | 15    | 4.028          | 6.400          | 4.111          | 6.518          |
| Investimentos                                                                                       | 10    | 63.145         | 57.741         | 16.138         | 16.688         |
| Imobilizado                                                                                         | 11    | 14.381         | 1.174          | 65.903         | 45.365         |
| Intangível                                                                                          | 11    | 225            | 293            | 225            | 293            |
| Direito de uso de Bens imóveis                                                                      | 12    | 2.497          | 2.403          | 6.226          | 4.216          |
| Outros ativos não circulantes                                                                       | -     | -              | 416            | -              | 425            |
| <b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>                                                                |       | <b>86.201</b>  | <b>70.396</b>  | <b>94.528</b>  | <b>75.474</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                                                                               |       | <b>186.276</b> | <b>182.230</b> | <b>205.357</b> | <b>196.984</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 |        |                |              |              |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)                                      |        |                |              |              |              |
|                                                                                                    | Notas  | CONTROLADORA   |              | CONSOLIDADO  |              |
|                                                                                                    |        | 31.12.2025     | 31.12.2024   | 31.12.2025   | 31.12.2024   |
| <b>Capital social</b>                                                                              |        |                |              |              |              |
| Lucro líquido do exercício                                                                         | -      | -              | -            | -            | -            |
| Reserva legal                                                                                      | -      | -              | -            | -            | -            |
| Reserva de lucros retidos                                                                          | -      | -              | -            | -            | -            |
| Distribuição de Dividendos                                                                         | -      | -              | -            | -            | -            |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>                                                            |        | <b>40.243</b>  | -            | <b>3.111</b> | -            |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                                                  |        | -              | -            | -            | -            |
| Reserva legal                                                                                      | -      | -              | -            | -            | -            |
| Aumento Capital Social                                                                             | 95.912 | -              | -            | -            | -            |
| Reserva de lucros retidos                                                                          | -      | -              | -            | -            | -            |
| Ações em tesouraria (aquisição)                                                                    | -      | -              | -            | -            | -            |
| Distribuição de Dividendos                                                                         | -      | -              | -            | -            | -            |
| <b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>                                                            |        | <b>136.155</b> | <b>(685)</b> | <b>3.111</b> | <b>1.097</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em R\$ mil)**

| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS                    | CONTROLADORA    |                 | CONSOLIDADO     |                 |
|---------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|                                                               | 31.12.2025      | 31.12.2024      | 31.12.2025      | 31.12.2024      |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social      | 27.711          | 53.842          | 30.183          | 56.330          |
| Ajuste por:                                                   |                 |                 |                 |                 |
| Depreciação e amortização                                     | 607             | 1.088           | 6.213           | 5.441           |
| Amortização Direto de Uso                                     | 426             | 544             | 836             | 783             |
| Amortização Mais Valia                                        | 549             | 963             | 549             | 963             |
| Equivalência Patrimonial                                      | (5.953)         | (6.239)         | -               | -               |
| Provisão (reversão) para contingências                        | 428             | 781             | 318             | 870             |
| Provisão (reversão) para Desmobilização de Obras              | (2.204)         | 575             | (2.204)         | 575             |
| Provisão (reversão) para devedores duvidosos                  | 44              | (83)            | 44              | (63)            |
| (Ganho) perda Líquida na venda do ativo imobilizado           | (198)           | (286)           | (6.306)         | (5.445)         |
| (Aumento) redução na conta de clientes                        | 18.145          | 21.274          | 18.651          | 20.136          |
| (Aumento) redução na conta de adiantamento de fornecedores    | 62              | 300             | 58              | 210             |
| (Aumento) redução na conta de crédito com partes relacionadas | (25)            | (18)            | -               | -               |
| (Aumento) redução nas contas de impostos a recuperar          | (8.715)         | 265             | (8.910)         | 11              |
| (Aumento) redução nos demais ativos                           | (2.542)         | 474             | (2.548)         | 770             |
| (Aumento) redução no ativo fiscal diferido                    | 44              | (83)            | 44              | (63)            |
| (Aumento) redução no ativo fiscal diferido                    | 2.372           | 3.587           | 2.407           | 3.478           |
| (Aumento) redução na conta de fornecedores                    | 3.802           | (17.305)        | 2.232           | (14.746)        |
| (Aumento) redução na conta de débito com partes relacionadas  | (205)           | (46)            | -               | -               |
| (Aumento) redução na conta de tributárias, sociais e Salários | (4.557)         | (11.909)        | (4.696)         | (11.673)        |
| (Aumento) redução na conta de impostos a recolher             | (3.831)         | (19.357)        | (3.831)         | (19.394)        |
| (Aumento) redução na conta de adiantamento de clientes        | 9.276           | (15.949)        | 9.276           | (15.949)        |
| (Aumento) redução na conta de passivo de arrendamento         | (41)            | (506)           | 1.531           | 1.379           |
| (Aumento) redução nas outras obrigações                       | 118             | (349)           | 86              | (522)           |
| (Aumento) redução no passivo fiscal diferido                  | -               | (161)           | 1.588           | 1.559           |
| <b>Caixa proveniente das operações</b>                        | <b>35.269</b>   | <b>10.466</b>   | <b>45.848</b>   | <b>23.461</b>   |
| Imposto de Renda e Contribuição Social                        | (5.766)         | (16.393)        | (8.238)         | (18.831)        |
| <b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>  | <b>29.503</b>   | <b>(5.927)</b>  | <b>37.246</b>   | <b>4.580</b>    |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>          |                 |                 |                 |                 |
| Receita na venda de ativo imobilizado                         | 192             | 74              | 6.339           | 5.453           |
| Direito de uso de bens imóveis (baixa)                        | (320)           | (105)           | (2.846)         | (2.157)         |
| Adição ao intangível                                          | (43)            | (77)            | (43)            | (77)            |
| Aquisição de Imóvel                                           | (12.851)        | -               | (12.851)        | -               |
| Aquisições de imobilizado                                     | (845)           | (150)           | (13.820)        | (13.102)        |
| <b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>    | <b>(14.067)</b> | <b>(258)</b>    | <b>(23.221)</b> | <b>(9.883)</b>  |
| <b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>         |                 |                 |                 |                 |
| Divendimentos distribuídos                                    | (20.000)        | (25.000)        | (20.000)        | (25.000)        |
| Captação (pagamento) empréstimos e financiamentos             | (686)           | -               | 2.813           | (895)           |
| <b>CAIXA USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>            | <b>(20.686)</b> | <b>(25.000)</b> | <b>(17.787)</b> | <b>(25.895)</b> |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>      | <b>(5.250)</b>  | <b>(31.185)</b> | <b>(3.848)</b>  | <b>(31.198)</b> |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO</b>      | <b>66.970</b>   | <b>98.155</b>   | <b>71.190</b>   | <b>102.388</b>  |
| <b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO</b>         | <b>61.720</b>   | <b>66.970</b>   | <b>67.342</b>   | <b>71.190</b>   |
| <b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>      | <b>(5.250)</b>  | <b>(31.185)</b> | <b>(3.848)</b>  | <b>(31.198)</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS                                    | Notas    | CONTROLADORA   |                | CONSOLIDADO    |                |
|-----------------------------------------------------------------|----------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                                                                 |          | 31.12.2025     | 31.12.2024     | 31.12.2025     | 31.12.2024     |
| 18                                                              | 99.408   | 189.678        | 126.536        | 216.140        | -              |
| 19                                                              | (72.798) | (127.073)      | (93.667)       | (145.170)      | -              |
| <b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>                             |          | <b>26.610</b>  | <b>62.605</b>  | <b>32.869</b>  | <b>70.970</b>  |
| <b>LUCRO BRUTO</b>                                              |          | <b>100.000</b> | <b>100.000</b> | <b>100.000</b> | <b>100.000</b> |
| <b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>                         |          |                |                |                |                |
| Gerais e administrativas                                        | 20       | (36.404)       | (44.960)       | (39.998)       | (48.575)       |
| Tributárias                                                     | -        | -              | (480)          | (454)          | (1.040)        |
| Equivalência patrimonial                                        | 10       | 5.953          | 6.239          | (549)          | (963)          |
| Arrendamento Mercantil direito de uso                           | 12       | 1.245          | 665            | 2.210          | 1.419          |
| Reservas de lucros                                              | -        | -              | -              | -              | -              |
| <b>Outras Operações</b>                                         |          | <b>14.013</b>  | <b>138.871</b> | <b>140.131</b> | <b>138.871</b> |
| <b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>          |          | <b>13.586</b>  | <b>45.156</b>  | <b>15.512</b>  | <b>47.398</b>  |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>                                     |          |                |                |                |                |
| Receitas financeiras                                            | 22       | 14.305         | 9.220          | 15.054         | 9.678          |
| Despesas financeiras                                            | 22       | (180)          | (534)          | (383)          | (746)          |
| <b>LUCRO OPERACIONAL</b>                                        |          | <b>27.711</b>  | <b>53.842</b>  | <b>30.183</b>  | <b>56.330</b>  |
| <b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> |          | <b>27.711</b>  | <b>53.842</b>  | <b>30.183</b>  | <b>56.330</b>  |
| Imposto de renda e contribuição social correntes                | 15       | (3.393)        | (12.968)       | (4.241)        | (13.845)       |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                | 15       | (2.373)        | (3.425)        | (3.997)        | (5.036)        |
| <b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                               |          | <b>21.945</b>  | <b>37.449</b>  | <b>21.945</b>  | <b>37.449</b>  |
| Lucro por ação - R\$                                            | -        | 0,51           | 0,88           | 0,51           | 0,88           |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Lucro líquido do exercício        | Notas    | CONTROLADORA  |               | CONSOLIDADO   |               |
|-----------------------------------|----------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                   |          | 31.12.2025    | 31.12.2024    | 31.12.2025    | 31.12.2024    |
| 18                                | 99.408   | 189.678       | 126.536       | 216.140       | -             |
| 19                                | (72.798) | (127.073)     | (93.667)      | (145.170)     | -             |
| <b>Lucro líquido do exercício</b> |          | <b>21.945</b> | <b>37.449</b> | <b>21.945</b> | <b>37.449</b> |
| <b>Resultados abrangentes</b>     |          | <b>21.945</b> | <b>37.449</b> | <b>21.945</b> | <b>37.449</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**As demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas completas e do relatório dos auditores independentes estão disponíveis na sede da empresa e no site desse jornal em [www.diariodocomercio.com.br](http://www.diariodocomercio.com.br)**

**DIRETORIA**  
Aníbal Ferraz Graça Sobrinho  
Diretor Presidente  
Marcelo Barbosa Abreu  
Diretor Executivo

**RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL**  
Helena Grassiella da Silva Bandeira  
Gerente de Controladoria - CRC-MG 01.674/O-5





# POLÍTICA

## Moraes define prisão de ex-diretor da PRF e mais quatro

TRAMA GOLPISTA Ministro do STF considera concluída a condenação definitiva dos membros do governo Bolsonaro responsáveis pelo gerenciamento de operações

**Brasília** - O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), oficializou o início do cumprimento da pena dos cinco condenados do núcleo de gerenciamento de ações da trama golpista. O grupo inclui membros do governo Jair Bolsonaro (PL) que tinham cargos estratégicos e integrantes que já estavam em prisões preventivas.

O relator considerou concluída na sexta-feira (24) a condenação definitiva dos militares acusados de atuar como o braço operacional da tentativa de golpe. O julgamento terminou em 16 de dezembro do ano passado e os envolvidos tentavam questionar trechos da decisão.

Integram o grupo o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, a quem foi determinada pena de 24 anos e seis meses de prisão, Filipe Martins (ex-assessor internacional da Presidência), Marcelo Costa Câmara (ex-assessor da Presidência), Marília Ferreira (ex-integrante do Ministério da Justiça) e Mário Fernandes (ex-secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência).

Ao longo do processo, as defesas dos integrantes do núcleo afirmaram não haver provas suficientes para uma condenação, apontaram inconsistências na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e defenderam que seus clientes não tinham competência para agir de acordo com o que foram acusados.

É neste núcleo que o

Supremo julgou as *blitze* da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições de 2022. Inicialmente, as investigações sobre esse tema eram feitas separadamente pela Polícia Federal, mas a PGR decidiu juntar a acusação à ação principal sobre a tentativa de golpe.

O julgamento também tratou da controvérsia acerca da ida aos EUA de Filipe Martins, ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência. A viagem é marcada por versões contraditórias e foi usada pela defesa e por aliados do ex-presidente para contestar o processo.

Martins é acusado de ter apresentado a primeira versão da minuta golpista. O documento continha uma série de "considerandos", como um fundamento técnico e jurídico para a ação. Segundo a denúncia, Bolsonaro pediu edições no texto e, em seguida, apresentou a proposta aos chefes das Forças Armadas.

Eles foram denunciados por cinco crimes: tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado.

O trânsito em julgado é o encerramento do processo e a partir de quando a pena começa a ser efetivamente cumprida.

Moraes definiu ainda o local de prisão dos demais réus do núcleo principal da trama golpista.

Preso no final do ano passado, o ex-assessor Filipe Martins chegou a passar um tempo no Centro Médico Penal, de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A defesa do ex-assessor afirma que o local tem melhor estrutura e condições de segurança que a cadeia de Ponta Grossa, no interior do Paraná, onde ele foi mantido.

Silvinei Vasques foi preso em 26 de dezembro passado no Paraguai, no aeroporto de Assunção, quando tentava embarcar em voo internacional para El Salvador com um passaporte paraguaio falso. Ele teria rompido a ternozeleira eletrônica em Santa Catarina, e a suspeita é que tenha ido de carro para o Paraguai.

Na mesma data, Moraes decretou a prisão domiciliar de Marília Alencar. Em março, ela passou por uma cirurgia e, desde então, tem feito consultas e exames



Alexandre de Moraes não definiu o local de cumprimento das penas dos cinco condenados FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

pós-operatórios. Segundo Moraes, não houve notícia de descumprimento das medidas cautelares impostas.

Já Marcelo Costa Câmara está em prisão preventiva desde junho passado. De acordo com Moraes, o coronel tentou acessar informações sigilosas sobre a delação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República. (Ana Pompeu/Folhapress) %



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: [diariodocomercio.com.br/publicidade-legal](http://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal). Acesse também através do QR CODE ao lado.

**UAU PARTICIPAÇÕES S/A**  
CNPJ Nº 54.785.163/0001-56

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Uau Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada na data de 30 de abril de 2026, de modo presencial, na sede social da Companhia na Avenida Beira-Rio, número 2423, parte, Distrito Industrial Deputado Simão da Cunha, Município de Santa Luzia, Minas Gerais, CEP 33.040-260, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I.** tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras auditadas; **II.** deliberar sobre a instalação, ou não, do Conselho Fiscal. **Documentos relacionados à AGE:** Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, os documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da Assembleia, sobretudo as demonstrações financeiras consolidadas com data base 31.12.2025, o parecer dos Auditores Independentes e o Relatório de Administração.

Santa Luzia, 25 de abril de 2026.

Regina Chaves Novaes Misson - Membro do Conselho de Administração

**AGROPÉU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPÉU S/A**  
CNPJ 16.617.789/0001-64 - NIRE 3130000187-3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30/04/2026, às 14h, de forma semipresencial, através do link <https://us06web.zoom.us/j/81869393765?pwd=AAyS256zREQjR-VoVUeHR0aW7MBkUu.1> ou presencialmente na sede da Companhia localizada na Rodovia MG-060, Km 82, Fazenda Barroão, em Pompéu/MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I.** Examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras auditadas e o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **II.** A destinação dos resultados apurados até o exercício encerrado em 31/12/2025 e anteriores; **III.** Ratificação e homologação do aumento de capital social em decorrência do deliberado na AGE de 04/12/2025, com a subscrição e integralização dos juros sobre capital próprio, pelos Acionistas que assim optaram, nos termos do Boletim de Subscrição, assim como a fixação do preço das ações emitidas; **IV.** Atualização anual dos valores e das alçadas previstas nos documentos societários da Companhia, com base na variação da taxa CDI; **V.** Ratificação da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social para expressão do novo capital social da Companhia e consolidação do Estatuto Social da Companhia; **VI.** Autorização aos Administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários a execução das deliberações realizadas em assembleia e ao registro da ata respectiva.

Notícia de Chamada para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

The shareholders are hereby called to attend an Ordinary and Extraordinary General Shareholders' Meeting, to be held on April 30, 2026, at 2:00 p.m., on a hybrid basis, either remotely via the link <https://us06web.zoom.us/j/81869393765?pwd=AAyS256zREQjR-VoVUeHR0aW7MBkUu.1> or in person at the Company's headquarters, located at Rodovia MG-060, Km 82, Fazenda Barroão, Pompéu, State of Minas Gerais, Brazil, in order to deliberate on the following agenda: **I.** To examine, discuss and resolve upon the Management Report, the audited financial statements and the Independent Auditors' Report, relating to the fiscal year ended on December 31, 2025; **II.** To deliberate on the allocation of the results determined for the fiscal year ended on December 31, 2025, as well as prior fiscal years; **III.** To ratify and approve the increase of the Company's capital stock, as resolved at the Extraordinary General Meeting held on December 4, 2025, including the subscription and payment of interest on net equity (juros sobre capital próprio) by the shareholders who elected to do so, pursuant to the respective Subscription Agreement, as well as to establish the issue price of the newly issued shares; **IV.** Annual update of the amounts and approval thresholds set forth in the Company's corporate documents, based on the variation of the CDI rate. **V.** To ratify the amendment to Article 5 of the Company's Bylaws to reflect the new capital stock and to approve the consolidation of the Company's Bylaws; **VI.** To authorize the Company's officers to carry out all acts necessary to implement the resolutions approved at the meeting and to proceed with the filing and registration of the respective minutes.

Pompéu/MG, 17/04/2026.

Robert Spisak - Presidente do Conselho de Administração

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG**  
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026 (PA 076/2026)

O Município de Varginha (MG), torna-se público a abertura de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto constitui-se na aquisição de materiais de construção, mediante as condições estabelecidas em Edital. Período para Apresentação da Proposta: 27/04/2026 às 08h29 até 08/05/2026 às 08h29. Sessão Pública: 08/05/2026 às 08h30, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações: [licitacoes@varginha.mg.gov.br](mailto:licitacoes@varginha.mg.gov.br) e [licitacao02@varginha.mg.gov.br](mailto:licitacao02@varginha.mg.gov.br). Acesso ao Edital e anexos: [www.varginha.mg.gov.br](http://www.varginha.mg.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); [www.gov.br/pnpec](http://www.gov.br/pnpec).

Claúdio Marcirio Vidal Abreu – Secretário Municipal de Meio Ambiente

SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÁNSITO INDUSTRIAL LTDA, nos termos do art. 9º da Deliberação Normativa COMAM nº 102, de 2020, torna público que solicito a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAA a Licença Ambiental Concomitante – LACI Renovação de Licença de Operação para o empreendimento SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÁNSITO INDUSTRIAL LTDA, localizada a Rua Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jaboia – Barreiro, Belo Horizonte/MG, atividades B-05-04-5 Fabricação de estruturas metálicas e artefatos de treifados de ferro, aço e de metais não-ferrosos, sem tratamento químico superficial, exceto móveis e B-08-01-1 Fabricação de eletrodomésticos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas, Classe 2, conforme solicitação na Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto - OLEI nº 202604052.

**3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE** Edital de citação de FERNANDA MATTAR CAETANO DE SOUZA. Prazo 20 dias. O Dr. Christian Garrido Higuchi, MM. Juiz de Direito da **Trigésima Terceira Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais**, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei etc. Faz saber a todos quantos o presente vierem, ou dele conhecimento tiverem, que perante esta Secretaria tramita ação MONITÓRIA ajuizada por SOCIEDADE DE ENSINO E BENEFICÊNCIA (INSCrita) na CNPJ/UFMG sob o n. 57036030000337, em face de FERNANDA MATTAR CAETANO DE SOUZA, inscrita(a) na CNPJ/UFMG sob o n. 83803378772, processo eletrônico n. 5285622-63.2023.8.13.0024. E estando o(a) Ré(u), FERNANDA MATTAR CAETANO DE SOUZA, em lugar incerto e não sabido, serve o presente para citá-lo(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito no valor de R\$ 25.108,63 (vinte e cinco mil, cento e oito reais e sessenta e três centavos), atualizado até 22/11/2023, acrescido do pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, ou oferecer embargos, sob pena de não o fazendo, ter constituído de pleno direito o título executivo judicial. Eletuado o pagamento, a parte ré ficará isenta do pagamento das custas processuais. Não apresentados embargos, será nomeado curador especial (NCP, art. 257, IV), Procurador(a) da autora: D(a). RENATO VICTOR AMARAL, OAB/SP 316922. Assim vai o presente devidamente publicado e afixado no alvará do Fórum. Belo Horizonte.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)  
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003  
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG  
EDITAL DE TERMO DE CONSTATÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00005, de 08 de Abril de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Constatção e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerará-se feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| Sujeito(s) Passivo(s)         |                |                                       |
|-------------------------------|----------------|---------------------------------------|
| Nome Completo / Razão Social  | CPF/CNPJ       | Termo de Constatção e Intimação (ITR) |
| MARIA APARECIDA JARDIM DA LUZ | 469.446.306-30 | 4895/00008/2026                       |

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes  
Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822  
Matrícula 00016696  
Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda  
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS**  
CNPJ 17.504.325/0001-04  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AGE - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 04 de maio de 2026, às 14h00min na sede das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, sociedade de economia mista de capital fechado, CNPJ 17.504.325/0001-04, Rodovia BR 040, KM 688, Pavilhão Administração, s/n, Bairro Guanabara - Contagem/MG, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 01- Eleição de membros para o Conselho de Administração. 02- Eleição de membros para o Conselho Fiscal. Contagem, 22 de abril de 2026. Hideraldo Henrique Silva – Diretor-Presidente.

**CRUZEIRO ESPORTE CLUBE - SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL**  
CNPJ nº 44.490.706/0001-54

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas do CRUZEIRO ESPORTE CLUBE – SOCIEDADE ANÔNIMA DO FUTEBOL, sociedade anônima do futebol, com sede na Av. Otacilio Negroão de Lima, nº 6.860, bairro Bandeirantes, Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ sob o nº 44.490.706/0001-54 e perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31300143376 ("Companhia"), nos termos do artigo 124, §1º, inciso I, e do §2º-A da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, de forma digital, via plataforma teams - <https://teams.microsoft.com/tee-7265048422553983?pe=AGzUml19nhtnhtzPLD>, no dia 29º de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia ("AGO"), a fim de deliberar sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2025, eleição do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e outros assuntos de interesse. Os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia estão disponíveis para consulta na sede da Companhia.

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BOCAIÚVA/MG**  
O SAAE de Bocaiuva, torna público os seguintes Pregões Eletrônicos:

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 017/2026** - OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DO SAAE". Critério de Julgamento: Menor preço global; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 12/05/2026.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 014/2026** - OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONEXÕES FLEXÍVEIS E ADAPTÁVEIS". Critério de Julgamento: Menor preço por item; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 13/05/2026.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 019/2026** - OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO". Critério de Julgamento: Menor preço por item; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 14/05/2026.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 005/2026** - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ANÁLISES LABORATORIAIS ESSENCIAIS PARA O TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO". Critério de Julgamento: Menor preço por item; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 15/05/2026.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 016/2026** - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA OPERACIONAL E DE MONITORAMENTO TÉCNICO". Critério de Julgamento: Menor preço por item; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 18/05/2026.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PE 010/2026** - OBJETO: "AQUISIÇÃO DE VARETAS E CORRELATOS PARA DESENTUPIR REDE DE ESGOTO". Critério de Julgamento: Menor preço por item; Modo de Disputa: Aberto. Entrega das propostas via meio eletrônico (Plataforma AMM Licita) até às 08h00 (hora Brasília) do dia 19/05/2026. Os editais encontram-se disponíveis no quadro de avisos do SAAE, à Pça. Pedro Caldeira, 7-A, Centro, Bocaiuva/MG no site: [saabocaiuva.com.br/licitacoes](http://saabocaiuva.com.br/licitacoes), na plataforma AMM Licita: <https://ammlicita.org.br> ou pelo e-mail: [saabocaiuva.licita@gmail.com](mailto:saabocaiuva.licita@gmail.com). Informações: Fone: (38) 99833-4149 - Handerson Christian Perpétuo – Pregoeiro.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG**  
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)  
Delegação de Atribuição - Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº 42/2003  
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG  
EDITAL DE TERMO DE CONSTATÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00006, de 08 de Abril de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Constatção e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerará-se feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| Sujeito(s) Passivo(s)         |                |                                       |
|-------------------------------|----------------|---------------------------------------|
| Nome Completo / Razão Social  | CPF/CNPJ       | Termo de Constatção e Intimação (ITR) |
| MARIA APARECIDA JARDIM DA LUZ | 469.446.306-30 | 4895/00009/2026                       |

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes  
Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822  
Matrícula 00016696  
Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda  
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

# AGRONEGÓCIO

## Alta de combustíveis e clima elevam preços na Ceasa Minas

**%BOLETIM PROHORT** Aumento foi expressivo ao longo de março, na casa de dois dígitos, para hortaliças e frutas, segundo Conab; cebola foi vilã com aumento de 69,35% frente a fevereiro

MICHELLE VALVERDE

A alta dos combustíveis combinada com o clima adverso e o encerramento de safra impactaram negativamente a oferta de hortaliças e frutas ao longo de março, o que provocou um aumento expressivo na Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) - Belo Horizonte. No período, os preços da cebola, da cenoura, da banana, do mamão e do tomate subiram na casa dos dois dígitos, ficando até 69,35% mais caros.

Conforme os dados do Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Belo Horizonte, nas hortaliças, a cebola se destacou com a elevação de 69,35% no preço de março frente a fevereiro. O quilo da cebola foi negociado, em média, a R\$ 2,68. A alta significativa deve-se ao fim da safra e aos elevados custos de transporte. Nos primeiros dias de abril, os preços mantiveram o ritmo e subiram mais 10%.

Ainda no grupo das hortaliças, a cenoura apresentou aumento de 34,9% no valor, com o quilo negociado, em média, a R\$ 2,68 em BH. A Conab destaca que o Estado é o principal polo produtor do País, especialmente a região de São Gotardo, mas, apesar da liderança na oferta, os preços subiram em março e também no início de abril, quando houve um novo salto de 40%. As causas principais foram o baixo ritmo de

colheita devido às chuvas frequentes e o aumento nos custos de frete gerado pela alta dos combustíveis.

Outra hortaliça que ficou mais cara foi o tomate. O valor do quilo, R\$ 4,28, aumentou 30,21% frente a fevereiro. Conforme a Conab, a variação foi causada pela menor oferta no período, uma vez que houve esgotamento das áreas de colheita - processo que foi acelerado pelo calor no final de 2025. A alta persistiu no início de abril, com os preços subindo cerca de 10%.

Alta também foi verificada no preço da batata. Ao longo de março, o quilo foi negociado, em média, a R\$ 2,11, resultando, portanto, em um incremento de 10,30%. Minas Gerais é o segundo maior fornecedor nacional, com destaque para as microrregiões de Araxá, Pouso Alegre e Patos de Minas, segundo a companhia nacional. O relatório explica que, em março, a oferta diária média caiu 12,1%, o que pressionou os preços para cima. No início de abril, a alta na Ceasa Minas foi superior a 60% em comparação ao fim de março, impulsionada pela redução de estoques pós-Semana Santa e pela menor disponibilidade do produto.

No mesmo período, a colheita da alface, R\$ 13,62 por quilo, subiu 2,4%. Já no início de abril, a alface apresentou uma tendência de queda de 8% nos preços. Segundo a Conab, embora o calor e as chuvas tenham prejudicado a colheita e elevado os preços em outras regiões, a dinâmica de



Na Ceasa Minas - Belo Horizonte, quilo da cebola foi negociado, em média, a R\$ 2,68; explicação é fim da safra e elevados custos de transporte FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

abastecimento regional em Minas permitiu essa redução pontual.

**Frutas** - Assim como nas hortaliças, o preço das frutas também ficou, em sua maioria, mais alto. Conforme os dados da Conab, das cinco frutas pesquisadas na Ceasa Minas - Belo Horizonte, três tiveram os preços alavancados.

A alta mais expressiva foi o mamão, que encerrou março custando R\$ 4,58 por quilo, ficando, então, 19,37% maior

que o preço de fevereiro. O aumento foi puxado pela variedade formosa, que teve demanda elevada por apresentar melhor qualidade e preços mais atrativos em comparação ao mamão papaya, que sofreu com doenças fúngicas causadas por chuvas.

Outro destaque foi a banana. A fruta foi negociada em média a R\$ 3,56 o quilo, elevação de 16,4%. O Estado lidera a oferta nacional, com destaque para Janaúba e Itabira. Os preços na Ceasa Minas subiram, mesmo com um

aumento de 12% na quantidade comercializada. O movimento é explicado pela redução das compras por parte dos atacadistas no mês anterior, influenciada pelo feriado de Carnaval e pelo fim do mês, período em que os consumidores tendem a estar mais descapitalizados. Com isso, em março, a demanda reprimida na central de abastecimento acabou absorvendo o aumento da oferta.

Ainda que em menor escala, houve aumento também no valor da melancia, 5,79%, uma

vez que o quilo foi negociado a R\$ 2,36. A oferta na Ceasa Minas cresceu 30% em março, porém, os preços também subiram no entreposto mineiro devido à boa demanda local e ao encarecimento dos custos com transporte. A tendência de alta seguiu em abril com o fim das safras na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Já os preços da laranja e da maçã caíram. No caso da citrica, o valor do quilo retraiu 3,27%, chegando, portanto, a R\$ 2,30. A quantidade comercializada na Ceasa Minas aumentou 20% em março. A Conab estima que os preços tendem à estabilidade ou queda em abril, mas projeta uma elevação gradual para os meses seguintes devido à entressafra e problemas fitossanitários como o *greening*.

Já a maçã, o quilo, R\$ 6,76, caiu 8,17%. Os preços no mercado nacional, incluindo Minas, mantiveram-se em níveis mais baixos ou estáveis devido à safra robusta na Região Sul, com grande volume das variedades Gala e Fuji entrando no mercado. %

### % SAFRA 2026/2027

## Cana-de-açúcar deve crescer 11,6%

ANDERSON ROCHA

A safra 2026/2027 de cana-de-açúcar deve crescer 11,6% em Minas Gerais e chegar a 83,3 milhões de toneladas contra 74,7 milhões de toneladas do ciclo anterior. Os dados são da Associação da Indústria da Bioenergia e do Açúcar (Siamig Bioenergia) e foram divulgados pela entidade em Uberaba, no Triângulo Mineiro, na 9ª Abertura da Safra Mineira de Açúcar e Etanol, promovida pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), na

sexta-feira (24).

De acordo com a Siamig Bioenergia, o avanço é resultado da combinação entre leve expansão de área (+1%) e recuperação da produtividade agrícola (+10%), que passa de 72,1 para 79,4 toneladas por hectare. Já no campo, as condições climáticas favoráveis ao longo do desenvolvimento dos canaviais contribuíram para o ganho de produtividade. Além disso, há “boa perspectiva” para recuperação dos níveis

de Açúcar Total Recuperável (ATR), indicador de qualidade da cana-de-açúcar, com o ATR médio alcançando 139,4 quilos por tonelada de cana (+1,4%).

A entidade também informa que a área destinada à moagem na safra 2026/2027 deve totalizar cerca de 1,05 milhão de hectares, frente a 1,03 milhão no ciclo anterior, enquanto a área total de cana registra crescimento de 3%. No âmbito industrial, a produção total de ATR está estimada em 11,6 milhões de toneladas, um avanço de 13,2%, acompanhando o crescimento da moagem. A definição do mix produtivo segue como uma das principais variáveis estratégicas para o setor.

O cenário base do mix da safra 2026/2027 de cana-de-açúcar será o seguinte, se forem mantidas as condições atuais:

- 55% da cana destinada à produção de açúcar | 6,1 milhões de toneladas (+13,2%);
- 45% da cana destinada à produção de etanol | 3,04 milhões de metros cúbicos (+13,0%).

Já o mix da safra 2026/2027

de cana-de-açúcar no cenário alternativo (condicionado ao avanço de medidas que ampliem a competitividade do etanol hidratado) tem a seguinte previsão:

- 51% da cana destinada à produção de açúcar;
- Restante da cana destinada à produção de etanol, com 3,34 milhões de metros cúbicos (+24,2%); e produção de etanol hidratado, com 2,23 milhões de metros cúbicos (+39,8%).

“Por outro lado, a produção de açúcar tenderia a crescer de forma mais moderada, atingindo 5,65 milhões de toneladas (+4,6%). O desempenho projetado para a safra 2026/2027 em Minas Gerais reflete não apenas a recuperação dos indicadores agrícolas, como área, produtividade e ATR, mas também a elevada flexibilidade industrial do setor. O direcionamento final da produção deve depender das condições de mercado e do ambiente regulatório, especialmente no que se refere à competitividade do etanol no Estado”, encerrou a nota oficial da Siamig Bioenergia. %



**EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.**  
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as integras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: [diariodocomercio.com.br/publicidade-legal](http://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal).  
Acesse também através do QR CODE ao lado.

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo SEI: 2300.01.0002510/2026-51, Pregão eletrônico 2301403-0009/2026 – O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, em exercício, no uso de suas atribuições, torna público que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico visando a Contratação da prestação de serviços de Locação de Simulador de Direção Veicular - (SIMULADOR DE CAPOTAMENTO), sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela e conforme condições e exigências estabelecidas, de acordo com as especificações, quantitativos e demais obrigações e informações constantes no termo de referência, Edital e nos seus respectivos Anexos. As propostas comerciais e documentação deverão ser encaminhadas, através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), no período compreendido a partir de 30/04/2026 até o dia 13/05/2026 às 09:00 horas, horário em que se dará a abertura da sessão pública. O Pregão será realizado através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no <https://compras.mg.gov.br/>, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no <https://www.der.mg.gov.br> a partir do dia 30 de abril de 2026. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail [pregao@der.mg.gov](mailto:pregao@der.mg.gov).



### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DER

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital nº: 2301520 000028/2026. Processo SEI nº: 2300.01.0034746/2026-60. O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo MENOR, tendo como objeto a Contratação de empresa para a Execução de Complemento de obra - Interseção Entrº BR-116 - Trecho: Pedra Bonita - Entrº BR-116 - Rodovia LMG-840, com extensão de 5,000 km, em rodovia sob jurisdição do DER-MG. Incluso no PPAG, conforme exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e anexos. As propostas comerciais e documentação deverão ser encaminhadas, através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), no período compreendido a partir de 30/04/2026 até o dia 10/06/2026 às 09:30 horas, horário em que se dará a abertura da sessão pública. A Concorrência será realizada através do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br). O Edital poderá ser adquirido gratuitamente através de download no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou [www.der.mg.gov.br](http://www.der.mg.gov.br) a partir do dia 29/04/2026. A visita técnica ocorrerá nos dias 07/05/2026 e 08/05/2026, mediante agendamento. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone (31) 3501-5170 ou pelo site do DER-MG.



## RELATÓRIO DE ASSINATURAS

**Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).**

**Verifique as assinaturas em:**

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=a889442b-8047-4540-bb85-8fbf6b335a12>

Chave de acesso: a889442b-8047-4540-bb85-8fbf6b335a12



**Hash do documento**

4e19636a00d5c7dc50b29de18329eef74cee4032827ab70df2e93aabe046a45b

Documento disponível em



**Documento(s) gerado(s) em 25-04-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):**

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA - 17.279.068/0001-54  
em 25/04/2026 05:05:43 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: certificado@diariodocomercio.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 201.49.238.55



Documento eletrônico assinado digitalmente.  
Validade jurídica assegurada conforme  
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.